CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 153/81

INTERESSADO: FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO - CENTRO EDUCACIONAL DE NITERÓI - CEN

ASSUNTO: Autorização de funcionamento da Unidade CEN em São Paulo - Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional do Estado de São Paulo - CECAP- SP

RELATORA: Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

PARECER CEE Nº 469 /82 - CP - Aprovado em 14 /04 /82

1. HISTÓRICO

Em 15-01-81, a Pró-Reitora do Centro Educacional de Niterói, em requerimento dirigido a este Colegiado solicitou autorização para funcionamento do Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo - CECAP - SP - juntando o Regimento Escolar e o Plano de Curso Supletivo - Suplência, em nível das quatro últimas séries do ensino do 1º grau e para os quais pediu a aprovação deste Conselho

Esclareceu ainda que os documentos solicitados pelo art. 5º da Deliberação CEE 18/78 (alíneas A, B, C, D, E, F, G, H, I e M) do inciso 1, seriam encaminhados aos órgãos competentes após a autorização de funcionamento do Centro.

Em 19-05-81, a Assessoria Técnica deste Conselho, após examinar Plano e Regimento Escolar, concluiu que a proposta se apartava das normas sobre o ensino supletivo, em vigor no sistema de ensino de São Paulo (Del.CEE 14/73), assemelhando-se à situação já autorizada por este Conselho através do Parecer CEE 958 / 80, de autoria do Cons. José Augusto Dias, para os cursos profissionalizantes do Liceu de Artes e Ofícios desta Capital: ensino personalizado, com apoio pedagógico no sistema "modular", sem frequência mínima obrigatória e com avaliação no processo.

Ressaltou ainda esse parecer que a estrutura técnico-administrativa do "Centro" não atende às normas da Del. 18/78, pois os "núcleos pedagógicos" previstos para funcionar junto às empresas ou a "agências comunitárias diversas", não se constituem em "unidades escolares" nos termos da mesma Deliberação. - Destacou ainda não considerar a proposta como de "experiência pedagógica".

Em 1º de setembro de 1981, a Câmara do Primeiro Grau encaminhou o protocolado aos órgãos da Secretaria da Educação (COGSP e CEI), consideradas as competências definidas pela Del. 18/78.

Em 21-09-81, o órgão técnico da SE - Serviço de Ensino Supletivo da CENP - se pronunciou pelo indeferimento, considerando que o solicitado

"a) não se caracteriza como experiência pedagógica;

b) contraria a legislação para o ensino supletivo no sistema de ensino do Estado de São Paulo".

As Coordenadorias de Ensino concordaram com a manifestação da CENP e o protocolado retornou a este Conselho.

Foram juntados:

1. termos de compromisso dos professores especializados, todos do Estado do Rio de Janeiro;

PROCESSO CEE Nº 153/81

PARECER CEE Nº 469 /82

fl.2

2. cópias de solicitações dos serviços da Fundação brasileira de Educação, por empresas paulistas (12) e pela Sociedade Amigos de Vista Alegre;

3. cópia do Regimento Escolar.

Como os documentos se referissem a cursos em nível de 1º e 2º graus, regulares e supletivos, a Câmara de 1º Grau fez baixar o processo em diligência, sendo juntadas três pastas:

a - I - contendo maiores informações sobre a entidade mantenedora, professores e pessoal técnico e, ainda, Plano de Curso referente ao curso de suplência-1º grau.

b - II - Regimento do mesmo curso de suplência;

c - III - Exemplar de módulos, exemplares de fichas e mapas utilizados pela, gerência de controle e avaliação (escrituração escolar), cópia do Parecer 772 /79 do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Em 3 de março de 1982, a Câmara de 1º Grau aprovou o Parecer do relator Cons. Salles da Silva, com voto favorável da Consª. Amélia Americana Domingues de Castro e favoráveis, com restrições não explicitadas, dos Conselheiros César M. Nhoz dos Santos, Honorato de Lucca e Roberto Vicente Calheiros. O Cons Jair de Moraes Neves votou contrariamente ao parecer.

Examinado pelo Conselho em reunião de 10-03-82 o PARECER da Câmara de 1º Grau foi rejeitado por maioria de votos, tendo sido esta Conselheira designada pela Presidência com relatora do voto vencedor.

2. APRECIÇÃO

Preliminarmente e com objetivo de facilitar o entendimento, faremos um resumo do proposto à aprovação deste Conselho pela direção do Centro Educacional de Niterói:

1. O Plano Operacional apresentado "regula atividades do Curso Supletivo na modalidade de suplência-educação geral, com aferição no processo, ministrando educação equivalente às quatro últimas séries do ensino regular e utilizando metodologia de ensino semi-indireto através de módulos instrucionais".

2. Os objetivos específicos do projeto são os de:

"a) proporcionar a escolarização em Educação Geral em nível das quatro últimas séries do 1º grau a adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;

b) atender à escolarização dos grupos de baixa renda através de Núcleos Pedagógicos implantados em agências comunitárias diversas, financiadas pela canalização de recursos do Salário-Educação devido pelas empresas ;

c) oferecer às empresas em geral meios viáveis de melhorar sua mão-de-obra;

d) prestar serviços educacionais a adolescentes e adultos através de um programa de recuperação e aceleração educacional, mediante curso que adote metodologia de ensino semi-indireto;

e) ministrar preparação intelectual adequada que sirva de base a estudos e trabalhos ulteriores."

3. A estrutura curricular do curso obedece às normas legais em vigor, com a carga horária total de 1846 horas.

4. Duração do curso - "equivalente a dois anos integralizados na forma de ensino semi-indireto, objetivando a equivalência com o curso regular". Haverá aproveitamento "do conhecimento prévio", verificado objetivamente através de avaliação diagnóstica feita por ocasião da matrícula do aluno. Os que não demonstrarem condições para a 5ª. série "SERÃO submetidos a intensificação de estudos" a fim de adquirirem meios reais de fazê-lo".

5. Os núcleos pedagógicos - mantidos através de convênios - se localizam em "agências comunitárias diversas", onde um monitor devidamente supervisionado e treinado "orientará o tráfego dos módulos e aplicará as aferições".

6. "O curso será organizado em unidades de aprendizagem, cabendo ao aluno vencer todas as unidades seqüenciadas horizontalmente para concluir cada disciplina.

A forma de organização proposta permite que o aluno cumpra concomitantemente mais de uma disciplina e isso indica a possibilidade de conclusão em termos de calendário civil ou letivo em maior ou menor número de meses, dependendo do ritmo de aprendizagem de cada um.

O processo ensino-aprendizagem será desenvolvido através de tecnologia denominada Ensino Modularizado ou Ensino através de Módulos. Esta tecnologia se caracteriza como ensino personalizado, operacionalizado por módulos cujo propósito e permitir a auto-instrução ou estudo

autônomo atendendo ao princípio do ritmo próprio de aprendizagem.

O módulo caracteriza-se como um conjunto de atividades e de recursos, integrados em unidades de aprendizagem, que possibilitam o estudo autônomo do aluno.

Deste modo, este instrumento permite, por sua estruturação voltada para a suficiência, o ensino à distância com aferição no processo feita em função do desempenho do aluno no cumprimento das atividades previstas nos módulos e na equivalência de carga horária especificada no instrumento.

Entende-se por módulo instrucional ou de ensino um conjunto de atividades de ensino e aprendizagem, destinado a facilitar ao aluno o alcance de objetivos previamente definidos".

7. "A freqüência ao curso será computada tendo em vista os módulos vencidos. leve-se em conta que, como já se assinalou, cada módulo fixa sua equivalência em termos de carga horária correspondente ao trabalho escolar efetivo nas datas fixadas pelo monitor. Passando ou não à unidade seguinte, o aluno terá oportunidade de receber o material necessário, bem como orientação nos estudos para melhor desenvolver-se em seu processo de aprendizagem.

A freqüência será registrada em documento próprio pelos monitores."

8. Quanto a pessoal: a) os professores especializados em cada disciplina do currículo têm a responsabilidade da feitura dos módulos e da orientação por disciplina de todo o processo ensino-aprendizagem; b) os monitores são licenciados em Pedagogia e terão as seguintes atribuições:

- servir de elemento de ligação com o supervisor;
- indicar ao aluno os módulos que ele deverá fazer;
- aplicar no aluno o pré-teste de cada módulo que compõe a série;
- corrigir o pré-teste mediante gabarito e comunicar imediatamente o resultado ao aluno e ao professor responsável;
- ajudar o aluno, quando solicitando, na consecução dos objetivos;
- aplicar, ao final de cada módulo, o pós-teste correspondente;
- corrigir o pós-teste mediante o gabarito e comunicar ao aluno, o seu desempenho;
- indicar aos alunos que não tiveram o desempenho esperado no pós-teste, quais as atividades que eles, por orientação do supervisor responsável, deverá realizar para passar do módulo seguinte;
- permitir que o aluno caminhe no seu ritmo próprio de aprendizagem."

c) os supervisores, habilitados em Supervisão - Licenciatura em Pedagogia, com dois anos de experiência profissional, "zelarão pela otimização do processo e o atingimento dos objetivos e darão assistência direta aos monitores e recolherão informações para a avaliação do processo ensino-aprendizagem. Os supervisores farão visitas semanais aos núcleos pedagógicos para orientação dos monitores. O monitor é o responsável imediato pela aplicação dos módulos de ensino. É o recurso pessoal mais próximo de que o aluno poderá utilizar-se, quando necessário, para esclarecimento de dúvidas ou para qualquer ajuda no processo de auto-avaliação ou orientação relativa à execução do trabalho. Para cada grupo de oito monitores, haverá um supervisor, que o orientará e avaliará seu trabalho quinzenalmente em reuniões."

d) haverá um Orientador Educacional, a nível central.

9. "O aluno será avaliado em três momentos distintos do curso:

- 1º) antes de iniciou cada módulo;
- 2º) durante o estudo de cada módulo
- 3º) ao concluir o estudo de cada unidade de aprendizagem -

A avaliação antes do início do módulo, ou avaliação diagnóstica, tem a finalidade de verificar se o aluno possui ou não o domínio dos objetivos do instrumento, a fim de que o professor verifique a possibilidade de dispensar ou não o estudante da feitura do módulo.

A avaliação durante o estudo do módulo, ou avaliação formativa, tem a finalidade de verificar o domínio de cada um dos objetivos e proporcionar feedback constante, e imediato ao aluno. O aluno que não atingir o nível de domínio especificado nos instrumentos deverá realizar atividades corretivas antes de prosseguir com

com vista ao atingimento do objetivo seguinte. Este procedimento evita que o aluno acumule déficits em sua aprendizagem. De fato, a avaliação durante o estudo do módulo objetiva sistematizar o aprendido, fixá-lo, e possibilitar a transferência de aprendizagem. Por isso funciona como auto-avaliação a serviço do auto-controle do progresso do aluno.

A avaliação ao final de cada unidade de aprendizagem ou avaliação somativa será utilizada com o propósito de informar ao professor se o aluno pode ou não prosseguir estudando a unidade seguinte ou se deve realizar atividades de recuperação.

As atividades de recuperação por unidades de aprendizagem referem-se a objetivos não atingidos e o aluno pode realizar uma por unidade.

O aluno só receberá o certificado de conclusão de uma disciplina ou área de estudo se concluiu todos os módulos correspondentes à disciplina (80% de acertos).

O estudante só receberá o certificado de conclusão do curso se vencer com aproveitamento todas as séries de módulos correspondentes aos componentes incluídos na estrutura curricular.

Consideram-se vencidos os módulos nos quais o cursista alcance o nível de acertos da ordem de 80% das questões propostas.

À vista dos resultados obtidos pelo aluno; um em cada unidade de aprendizagem, serão computadas as horas de efetivo trabalho escolar. Para isto cada módulo indicará sua duração em relação ao especificado no quadro de cargas horárias.

O registro do resultado das avaliações será encaminhado mensalmente à Secretaria do CECAP/SP. Além desse registro, o aluno será informado, pelo monitor, do resultado obtido por ele na avaliação, no mesmo dia em que a realizar."

10 - Poderão inscrever-se maiores de 14 anos.

11 - Instalações - "Dada a metodologia a ser desenvolvida, o CECAP/SP manterá salas para a direção, para controle, para material e para reuniões.

As atividades didáticas específicas - recepção e devolução de módulos, orientação individual, realização de aferições - serão realizados nos núcleos pedagógicos, instalados nas agências comunitárias. Em cada agência haverá uma sala de no mínimo 20 m² para instalação do núcleo.

12 - Equipamentos - " Os núcleos terão 10 carteiras, uma mesa para o monitor, uma estante para livros de referência e consulta dos cursistas e armário com chave para guarda de móveis e aferições."

Passaremos agora a analisar o assunto dos vários pontos de vista abordados quando, da discussão na reunião plenária:

I - A posição deste Conselho face ao disposto no art. 64 da Lei 5692/71: possibilidade de serem autorizadas pelos Conselhos de Educação experiências pedagógicas com regimes diversos dos preicitos naquela Lei.

1. O exame dos pareceres referentes a esse assunto revela, em geral, posição de extrema cautela por parte deste Colegiado na concessão de autorização de funcionamento de escolas ou cursos em termos "experimentais". Pouquíssimos cursos foram autorizados, quase todos na área do ensino regular de 2º grau; Colégio Santa Cruz, Organização Sorocabana de Ensino, por exemplo. Muitos pedidos foram recusados.

Por ocasião da discussão do relatório de atividades da Escola Estadual Experimental de 1º e 2º Graus de Jundiá - Parecer 1424/76, o ilustre Cons. Lopes Casali apresentou declaração de voto em que faz histórico minucioso da posição deste Conselho. Qualquer que seja a conceituação que os diversos Conselheiros atribuíram às expressões: "experimental" e "experiência pedagógica", uma característica está presente em praticamente todas as manifestações: a necessidade de controle e avaliação dos seus resultados e fixação de um prazo dentro do qual ocorra "a experiência".

Desse ponto de vista a proposta do CECAP se aparta da orientação até esta data esposada: não há no documento nenhum plano de avaliação e controle da experiência, sobre o qual este CEE poderia calcar a exigência de um relatório do ocorrido num determinado prazo.

O que a mantenedora pretende, na realidade, (a bem da verdade, não invocou na sua petição a figura da "experiência pedagógica", que foi proposta pela Câmara de 1º Grau) é a implantação extensiva de uma rede de ensino supletivo pararela a já existente no sistema de ensino do Estado de São Paulo, nos termos da Deliberação CEE 14/73. Para corroborar esse nosso entendimento, basta a informação fornecida em plenário pelo Cons. Salles da Silva e confirmada por esta relatora junto ao serviço responsável na DE do MEC em São Paulo, de que a instituição solicitou daquele órgão o seu credenciamento para obtenção de 40.000 bolsas de estudos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Implantação que, de resto, pela sua amplitude, torna improvável a montagem de um processo adequado de controle e avaliação e deixa sem sentido a fixação de prazo, considerado o vulto dos investimentos a serem feitos pela instituição mantenedora.

Essa a primeira razão para sermos contrários ao solicitado.

2. Considerando -se a metodologia a ser implementada através dos núcleos pedagógicos, este Conselho já autorizou duas "experiências pedagógicas" de caráter restrito:

a - a do Liceu de Artes e Ofícios, que se propôs a utilizar o sistema modular combinado ao ensino personalizado, num curso profissionalizante, em nível de 2º grau, destinado a portadores de certificados de 2º grau. Nesse caso, mesmo com aproveitamento de 100% exigido para cada módulo, e a tradição do Liceu de Artes e Ofícios no ensino profissionalizante, demonstrada através de mais de 50 anos de funcionamento no Estado de São Paulo, o último parágrafo da apreciação constante do Parecer 958/80, da lavra do Cons. José Augusto Dias, diz o seguinte:

"Dada a importância da experiência, bem como seu caráter inovador, haverá necessidade de prazo razoável, para que se possa realizar um acompanhamento criterioso dos resultados alcançados. Pensamos que seis anos constituem prazo adequado. Naturalmente, a Escola terá o cuidado de, ao final de cada ano letivo, preparar circunstanciado relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados verificados, o qual, após análise crítica dos órgãos de supervisão, será encaminhado, com a possível brevidade, a este Conselho. Decorrido o prazo estipulado, a Escola dirá sobre sua disposição e sobre a oportunidade de se dar continuidade à experiência."

b - a do Centro de Ensino Supletivo "Clara Mantelli", mantido pela Secretaria de Educação. Nesse caso, a posição deste Conselho foi ainda mais rigorosa, pois fixou, para a mencionada experiência, dois anos de duração, com apresentação anual de relatórios a este Conselho. Um confronto do plano organizacional do Centro de Ensino Supletivo da SE com o proposto pelo Centro Educacional de Niterói, evidência algumas variações que vale a pena explicitar:

a) Os alunos do C.E.S. "Clara Mantelli", além do estudo dos módulos, recebem aulas em grupos de alunos do mesmo adiantamento, computando-se, ainda, o tempo de permanência dos mesmos: no setor de orientação de aprendizagem onde recebem, orientação de professores com habilitação específica; no setor de biblioteca e recursos audiovisuais e na sala de projeções onde há recepção organizada de TV, e rádio e outras modalidades de auxílio audiovisual em grupo. O tempo mínimo de permanência obrigatória nesses setores é de 600 horas.

b) além das avaliações ao final de cada módulo haverá uma prova final com a presença do Supervisor de Ensino do Sistema.

c) o plano prevê um sistema de avaliação do "sistema" de dois em dois meses, na fase experimental.

d) o Centro foi dimensionado para atendimento total de 3.000 alunos, em seus vários cursos e está prevista para esse atendimento uma infraestrutura completa de pessoal técnico-administrativo e de apoio composta de: 1 Coordenador Geral, 2 Assistentes de Coordenação, 2 Coordenadores de Tráfego, 1 Auxiliar de Coordenação de Tráfego, 3 Escriturários, 1 Orientador Educacional, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Estagiário de O.E., 2 Bibliotecários, 2 Operadores de audiovisual.

Como se vê, as condições de funcionamento são muito superiores na experiência da SE, além dos aspectos de permanência obrigatória num mínimo de 600 horas e da existência na prática de um exame final sob a fiscalização de um supervisor do sistema.

A comparação com a experiência "Clara Mantelli", bem como com a do Liceu de Artes e ofícios indica, pelo menos, duas outras razões para sermos contrários ao solicitado: a precariedade dos recursos pedagógicos postos à disposição dos alunos; a existência, em andamento, de duas experiências que focalizam o essencial no projeto - o ensino modular-personalizado- em melhores condições de ava-

liação e controle. Desse ponto de vista, entendemos ser, pelo menos, precipitado, por parte deste CEE, permitir a extensão da "experiência" para um grande número de "pequenas escolas" - os núcleos pedagógicos previstos no projeto em exame.

II - A posição deste Conselho face à estrutura e funcionamento do ensino Supletivo:

No sistema de ensino do Estado de São Paulo o ensino supletivo é regulamentado basicamente pela Deliberação CEE 14/73 que define os objetivos, a estrutura e as condições de funcionamento das várias modalidades de ensino supletivo, incluindo a suplência em nível de 1º e 2º graus. Nessa preocupação agora será apenas com a modalidade suplência.

Para melhor entender as diferenças entre a sistemática em vigor neste Estado e a proposta em exame, precisamos recorrer ao Cons. Vainir Chagas, que, em seu lúcido parecer de nº 669/72, distingue "graus de supletividade".

À luz desse Parecer o sistema em vigor no nosso Estado se identifica com as características daqueles cursos classificados como de baixo teor de supletividade: isto é se aproxima em todos os aspectos de funcionamento, do ensino regular de 1º e 2º graus. Por outro lado, o ensino proposto no projeto em exame, de metodologia semi-direta, dispensando a presença obrigatória do aluno, enquadra-se, sem sombra de dúvida na classificação "alto teor de supletividade", e aparta-se da estrutura do ensino regular, exceto por um aspecto fundamental: a avaliação no processo ao final e principalmente ao longo dele.

Ora, Valmir Chagas neste aspecto é particularmente claro: "Se, por tanto, o exame tem sido a regra até agora, mais há de sê-lo daqui por diante, quando o processo - a escola como um lugar de frequência obrigatória - tende a diluir-se ao impacto da Comunicação sob todas as formas, que se torna ela própria, cada vez mais a "escola" e inevitavelmente a anti-escola". E mais adiante: "Seja como for, continuaremos a falar da aferição no processo, ao menos como contraste para ressaltar a aferição independente-do-processo. Aquela é a forma tradicional, típica do Ensino Regular, em que preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso seja esta exigida" (Lei nº 5.692: artigo 14, para. 2º) Note-se que ainda se admite o exame, embora sob o sutil desencorajamento contido na parte final. A aferição independente do processo, característica do Ensino Supletivo, visa a captar e avaliar os conhecimentos e experiência do candidato como ele se encontra no momento, sem referência a um processo que já não se leva em conta. Também aqui, entretanto, pode-se e deve-se, com emprego de técnicas adequadas, criar condições para que preponderem os aspectos qualitativos sobre os quantitativos; é um desafio a mais."

Nos quadros anexos ao mesmo Parecer, que resumem as características dos cursos de "alto" e "baixo" teor de supletividade, comparativamente ao ensino regular, está clara a posição do Conselho Federal de Educação a esse respeito: a técnica de aferição no processo é característica dos cursos regulares, sendo admitida nos CURSOS SUPLETIVOS que dele se aproximam em termos de estrutura, enquanto que a característica

dos cursos supletivos de estrutura flexível e portanto de mais difícil controle, no aspecto em análise, é a avaliação independente -do-processo, através de exames, em escolas indicadas anualmente pelo Conselho Estadual de Educação ou centralizados em nível de sistema.

Essa doutrina é que, pessoalmente, nos inspira a manter a "avaliação no processo" dos cursos supletivos em funcionamento no Estado de São Paulo. Mas mesmo nas condições "de baixo teor de supletividade" e de mais fácil controle, este CEE está reexaminando a avaliação no processo, pelo menos para os cursos de 2º. grau.

Com efeito, em agosto de 1977, foi aprovada a Del.CEE 16/79, que suspendeu a autorização para novos cursos supletivos desse nível até que se complete o reexame da Del. 14/73.

Essa Iniciativa do Cons. Renata A. Teodoro Di Dio foi objetivamente motivada pela Indicação s/n do Cons. Lopes Casali que propôs introdução da avaliação "fora do processo"; "Essa será a instituição da avaliação fora do processo de ensino-aprendizagem, além de específica ao processo e, pois, ao longo do mesmo. Seria uma espécie de exame de estado, entrevista, até no Parecer 669/72".

Essa Indicação tem, obviamente, a preocupação de controlar a qualidade do ensino supletivo, modalidade suplência - na sua função de "escolas preparatórias- para estudos ulteriores" - Ver Processo CEE 995/78.

Certamente essa preocupação tem muito a ver com as dificuldades de controle por parte dos órgãos fiscalizadores da SE como tem sido freqüentemente apontados em reuniões deste Colegiado, como é fácil verificação através das respectivas atas.

Pensamos ter demonstrado que seria pelo menos precipitação por parte deste Colegiado permitir a implantação extensiva de cursos com aferição no processo, mesmo em nível de 1º grau, nas condições propostas no projeto em exame, cujas características indicam a necessidade de "controle fora dele, através de exames", enquanto se discute a supressão total ou parcial do mesmo tipo de avaliação em cursos assemelhados ao regular e que, portanto, poderiam até admiti-la.

III - Eita ordem de considerações nos leva a uma outra que é a das dificuldades de controle por parte da Secretaria da Educação, de uma rede de escolas com aferição no processo, com as características de flexibilidade inrentes ao projeto.

Dos problemas existentes com relação ao sistema de supervisão da SE, melhor diria a própria Secretaria de Educação. Entretanto, em inúmeros Pareceres deste Colegiado, são apontadas falhas desse sistema, que não deixam dúvida sobre a dificuldade que teria a mesma Secretaria de criar os novos mecanismos de controle, necessários ao acompanhamento do funcionamento dos chamados "núcleos pedagógicos" propostos pelo projeto. Essa é mais uma razão para nos posicionarmos contra o solicitado.

IV - O financiamento da "experiência" com recursos do Salário-Educação. Fica difícil num Parecer que deve ser elaborado num prazo exíguo, a análise em profundidade deste intrincado e polêmico aspecto do problema.

Do ponto de vista legal não há reparos a fazer. Entretanto, poder-se-ia dizer a mesma coisa se situarmos a discussão do problema na linha da definição de prioridades para aplicação do Salário-Educação, consideradas as necessidades - ao sistema estadual?

Aí a resposta já não será tão fácil.

Inúmeros são as indagações a serem feitas: Qual o montante dos recursos Salário-Educação que ora esta sendo recolhido pelas empresas para aplicação prioritária no ensino regular, a ser desviada para aplicação no ensino supletivo, no Estado de São Paulo? Considerada uma escala de prioridades para aplicação desses recursos, o montante, a ser aplicado seria adequado e justificável? Seria adequado este Conselho apoiar o dispêndio de volume Indeterminado de recursos, através de uma única Instituição por mais idônea que possa ser?

Qual o número de empresas, considerado o volume de bolsas, a deixarem de depositar a sua contribuição do Salário-Educação, para estabelecer convênio com a mesma Instituição?

São indagações importantes cuja falta de respostas claras prejudicam o acolhimento do pedido.

Por outro lado, é de se aproveitar, a oportunidade para recomendar à Secretaria da Educação que proceda com a urgência necessária, através de seu Centro de Informações e das instituições com as quais mantém convênio nesse sentido, a uma pesquisa cujos resultados servirão de indicadores para este Colegiado sobre quais as verdadeiras necessidades no Estado de São Paulo em termos de educação de adultos; quais as possibilidades da SE assumir o problema, quer em termos de manutenção de escolas, quer em termos de supervisão adequada; para que este Conselho e a própria SE não possam ser acusados de descuido numa área tão importante.

Em Suma, as razões alinhadas nos item I, II, III e IV da apreciação, especialmente as do inciso III, nos levam a propor a rejeição do projeto.

3. CONCLUSÃO

Indefere-se a solicitação do Centro Educacional de Niterói, no sentido de autorizar o funcionamento da Unidade do Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional, do Estado de São Paulo, com cursos de ensino supletivo - modalidade suplência, em nível de 1º grau, através de metodologia semi-indireta com ensino modular-personalizado, e avaliação no processo.

Em 31 de março de 1982.

a) Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA - Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, o parecer do Pleno, sendo votos vencidos os Conselheiros Alpínolo Lopes Casali, Amélia Americano Domingues de Castro, Bahij Amin Aur, Gerson Munhoz dos Santos, João Baptista Salles da Silva e Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos.

O Parecer primitivo, da Câmara do Primeiro Grau, foi rejeitado pelo Plenário, sendo transformado em Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de abril de 1.982.

a) CONS° MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Conselheiro João Baptista Salles da Silva

1 - Em 15/1/1981, Myrtes de Luca Wenzel, Pró-Reitora do Centro Educacional de Niterói, em requerimento remetido a este Conselho solicitou autorização para funcionamento do Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo - CECAP/SP - juntando o Regimento Escolar e o Plano do Curso Supletivo-Suplência em nível das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e para os quais pediu a aprovação deste Colegiado.

2 - Em 19/5/81, a Assessoria Técnica deste Conselho - Equipe Técnica de Ensino Supletivo analisou a documentação enviada pelo CEN e que instruíra o Processo:

- Plano de Curso;
- Relação de Pessoal Docente;
- Cartas de Empresas interessadas nas atividades a serem desenvolvidas pelo CECAP;
- Regimento Escolar;
- Exemplos de módulos instrucionais (Língua Portuguesa, Ciências Físicas e Biológicas e Programas de Saúde, Matemática);
- Exemplos de fichas de avaliação e controle a serem utilizadas.

Esclareceu, ainda, que os documentos solicitados pelo artigo 5º da Deliberação CEE nº 18/78 (alíneas A, B, C, D, E, F, G, H, I e M do inciso I do artigo 5º seriam encaminhados aos órgãos competentes após a autorização de funcionamento do Centro.

.3 - A Assistência Técnica de Ensino Supletivo após examinar o Regimento e o Plano de Curso, à luz da Deliberação CEE nº 14/73, teceu uma série de considerações, concluindo que o Curso teria a frequência dos alunos computada tendo em

vista os módulos vencidos; instalaria "núcleos pedagógicos" que funcionariam nas "agências comunitárias". Referida Assistência Técnica concluiu que o curso supletivo a ser instalado no CECAP/SP, contrariando as disposições da Deliberação CEE nº 14/73, podia ser considerado como. "CURSO LIVRE". Citou, em abono de sua conclusão, que o Parecer CEE nº 1541/79, para caso similar, decidiu pela desaprovação do Regimento Escolar e do Plano de Curso apresentados pela Mantenedora, considerando o curso como "livre" e de preparação para o ensino supletivo. Sugeriu que os autos fossem encaminhados a CENP pois a "...competência de autorização de funcionamento e reconhecimento..." é da referida Coordenadoria. Aditou, também, que "...o pedido de autorização de funcionamento será solicitado às Delegações de Ensino em cuja área de jurisdição esteja a escola... (art. 4º da Deliberação CEE nº 18/78) que examinará se cada unidade escolar atende às exigências do Art. 5º da mesma Deliberação, bem como as demais normas cabíveis".

.4 - Na Câmara do Ensino de 1º Grau, o Processo CEE nº 0153/81, em 15/7/81 nos foi distribuído após ter sido designado para relatá-lo o nobre ex-Conselheiro Roberto Moreira cujo mandato não fora renovado. Consideramos que a Assistência Técnica do Ensino Supletivo não havia se manifestado sobre o Regimento e o Plano de Curso e, em 29/7/81, fizemos o Processo ser baixado em diligência.

.5 - Em 01/9/81, a Equipe Técnica do Ensino Supletivo, em face das diretrizes baixadas pela Resolução SE nº 105, de 10/7/80 e Portaria Conjunta da CEI-COGSP-CENP, de 26/2/81 e que estabeleceram competência para análise e aprovação de Regimento e Plano de Curso no caso de estabelecimentos particulares de ensino e, considerando que os "Núcleos Pedagógicos" do CECAP/SP deveriam funcionar sob o jurisdição de várias Delegacias da CEI e COGSP, propôs a remessa dos autos às duas Coordenadorias. Essa sugestão foi aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente deste Conselho em 02/9/81.

.6 - Em 14/9/81, a CEI, pelo seu Coordenador, considerou que "...a proposta educacional apresentada não se enquadra nas normas relativas ao ensino supletivo do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, caracteriza-se como curso livre conforme apreciação feita pelo Assistente Técnico de Ensino, do Conselho Estadual de São Paulo".. Deferiu os autos para exame da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP - Serviço de Ensino Supletivo.

.7 - Em 21/9/81, pela Informação SES-DC nº 138/81, o Serviço de Ensino Supletivo da Divisão de Currículos da CENP, assim se pronunciou através da Equipe

Técnica dos Cursos de Suplência: "Analisados os documentos componentes - Regimento Escolar e Plano de Curso - bem como outras peças anexadas, já enumeradas em informações AT - ETES nº 15/81, de fls. 133 a 136 e, considerando a apreciação contida nessa informação, com a qual concordamos, especialmente em seus itens 2.1, 2.2, 2.4 e 2.5; considerando ainda as normas legais recentemente baixadas (Comunicado Conjunto COGSP-CEI de 11/8/81), somos de parecer que o solicitado: a) não se caracteriza como experiência pedagógica; b) contraria a legislação para o Ensino Supletivo no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Manifestamo-nos, portanto, pelo indeferimento do solicitado. Devolva-se à CEI".

.8 - Em 15/10/81, a COGSP manifestou-se favoravelmente à conclusão da Informação da CENP e devolveu o expediente a este Colegiado que o recebeu em 23/10/81, através do Gabinete.

.9 - O processo foi encaminhado pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho à Equipe Técnica de Ensino Supletivo, em 23/10/81.

.10 - Em 29/10/81, o Sr. Assistente Técnico do Ensino deste Conselho, considerando que o processo, do ponto de vista formal estava devidamente instruído, remeteu-o a este Relator, emitindo a Informação A.T.-ETES nº 07/82 na qual história a tramitação do Processo pelos órgãos competentes transcrevendo os respectivos pareceres e explicando que: "Não entramos na análise do Regimento e nem do Plano de Curso, pois continuamos não encontrando respaldo na legislação para o Ensino Supletivo no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, bem como não se caracterizando como experiência pedagógica." Após transcrever tópico do Plano de Curso, prossegue: "Fica cabalmente demonstrado, nos documentos que instruem a petição da instituição interessada, tratar-se de escola livre, pois em cada indústria ou instituição comunitária haverá núcleo, onde os interessados receberão apostilas que levarão para casa e posteriormente demonstrarão sua auto-avaliação para o monitor. Portanto, escola livre - sem frequência, sem professor das disciplinas, com exames no processo para alunos de 5ª a 8ª séries, não e escola regular. Além do mais, se espalharão pelas várias jurisdições das Delegacias de Ensino da Capital e do Interior do Estado de São Paulo, quando conflito de competência".

.11 - Este relator examinou o Regimento e constatou que o Centro Educacional de Niterói -CEN-, instituindo em São Paulo o Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional - CECAP - pretendia, além do Curso de Suplência cujo Plano elaborou, instalar elenco de cursos inclusive de ensino regular de 1º e 2º graus.

Tivemos entendimentos com o Sr. Assistente Técnico de Ensino e solicitamos que a Mantenedora reexaminasse o assunto e propusesse novo Regimento e novo Plano de Curso. Em 30/12/81, a instituição cumpriu a diligência e juntou mais documentos esclarecedores.

1.12 - Em 10/2/82, os autos vieram novamente a este Relator.

.1 - A MANTENEDORA

.1.1 - A FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO - FUBRAE foi instituída em 03/5/54, por educadores e empresas sob os auspícios do MEC com a denominação de FUNDAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO. Em 29/10/70, transformou-se em Fundação Brasileira de Educação, entidade de direito privado, de natureza educacional e filantrópica, sem objetivos de lucro. Foi declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 1982/63, Governo do Estado da Guanabara, Lei nº 177/62 e Governo do Estado do Rio de Janeiro, Lei nº 5.001, de 1962. Desenvolve há 25 anos programas de colaboração com instituições públicas e privadas. "...de formar e propiciar ao povo maior número de oportunidades educacionais e de preparação profissional." Tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara e jurisdição em todo o País. Para a consecução de seus objetivos a instituição desenvolverá plano, programas e projetos, visando dentre outras atividades, criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino sem finalidades lucrativas, especialmente sob a forma de Centros, de maneira a elevar o nível cultural, educacional e profissional das regiões onde funcionam.

.1.2 - O Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo-CECAP/SP, e uma unidade de ensino da Fundação Brasileira de Educação que a administrara e supervisionará, financeira e pedagogicamente, através de sua unidade o Centro Educacional de Niterói "...com a finalidade de promover o desenvolvimento do adolescente e do adulto, em termos profissionais e como pessoa humana". O Centro Educacional de Niterói é uma escola experimental autorizada pelo Parecer CFE nº 310/64.

.1.3 - A Fundação Brasileira de Educação - FUBRAE- anexou ao requerimento, solicitando autorização para o funcionamento do CECAP/SP, os seguintes documentos:

- 1 - IDENTIFICAÇÃO DA REQUERENTE
 - 1.1 - Denominação e localização da entidade;
 - 1.2 - Documentação referente a entidade;
 - 1.2.1 - Portaria do Presidente da FUBRAE delegando competência à Pró-Reitora do Centro Educacional de Niterói, para administrar o CECAP/SP;
 - 1.2.2 - Atestado de Idoneidade Moral;
 - 1.2.3 - Prova de personalidade jurídica;
 - 1.2.4 - Prova de capacidade patrimonial e financeira de entidade e de idoneidade moral dos dirigentes.
- 2 - INFORMAÇÕES CONCERNENTES AO ESTABELECIMENTO
 - 2.1 - Identificação dos Professores;
 - 2.2 - Identificação do Diretor, do Secretário, dos Supervisores e Monitores.
- 3 - PLANO DE CURSO
- 4 - REGIMENTO ESCOLAR.

.2 - REGIMENTO ESCOLAR

.2.1 - O Regimento Escolar inclui os seguintes títulos e capítulos:

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulos: Identificação da Entidade Mantenedora - Identificação do Estabelecimento de Ensino - Dos Objetivos Específicos da Escola - Dos Cursos.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO SISTEMA DE ORIENTAÇÃO

Capítulos: Da Diretoria - Da Secretaria - Da Tesouraria e dos Serviços Administrativos Auxiliares - Da Coordenação Pedagógica, da Orientação Educacional - Da Biblioteca - Dos Laboratórios e outros Ambientes Especiais - Da Hierarquização Administrativa - Do Aperfeiçoamento do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo - Do Regime Disciplinar.

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Capítulos: Dos Currículos - Do Sistema de Agrupamento de Alunos - Da Avaliação - Da Recuperação - Do Plano Escolar - Da Idade Mínima para Conclusão de Cursos Supletivos - Dos Certificados.

TÍTULO IV - DO REGIME ESCOLAR

Capítulos: Do Regime de Funcionamento - Do Período Letivo - Do Calendário Escolar - Da Matrícula - Da Transferência - Da Adaptação - Do Aproveitamento de Estudos.

TÍTULO V - DO CORPO DOCENTE

Capítulos: Da Constituição - Dos Direitos - Dos Deveres - Das Proibições e Impedimentos - Do Regime Disciplinar.

TÍTULO VI - DO CORPO DISCENTE

Capítulos: Da Constituição - Dos Direitos - Dos Deveres - Das Proibições e Impedimentos - Do Regime Disciplinar.

TÍTULO VII - DAS CONTRIBUIÇÕES

TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

2.2 - O Regimento Escolar do CECAP/SP foi elaborado de acordo com as disposições da Deliberação CEE nº 33/72, Analisando os capítulos mais relevantes e que se referem às DISPOSIÇÕES PRELIMINARES e ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA, fazemos as seguintes observações:

- Art. 5º - Entre os objetivos do CECAP/SP destacam-se: "IV-permitir aos componentes da força de trabalho, em atividades nas empresas e associações de classe, bem como à população em geral congregada em agências comunitárias, amplo acesso a aprendizagem; V-possibilitar estudos para novas formas de se desenvolver técnicas para o ensino supletivo; VI-contribuir para que, durante o processo ensino-aprendizagem, sejam corrigidas desigualdades e distorções de acesso ao ensino, em particular as derivadas da idade, da condição social e da origem geográfica";
- "Art. 6º - O CECAP/SP promoverá, atendendo à demanda da comunidade, curso supletivo na modalidade suplência, educação geral, da 5ª à 8ª série";
- "Art. 9º - Atendida a legislação pertinente, o CECAP/SP adotará o regime de matrícula por disciplinas, de acordo com o que especificarem os respectivos planos de curso";
- "Art. 12 - O funcionamento do CECAP/SP abrange formas didáticas semi-indireta e indireta, nas quais períodos de estudo ou de trabalho poderão se integrar, de acordo com a conveniência dos alunos e das empresas. Parágrafo único: São as seguintes as modalidades operativas: 1. cursos ministrados em empresas; 2. cursos conjugando atividades em empresas e em outras agências comunitárias";
- "Art. 13 - A frequência às disciplinas dos cursos promovidos pela CECAP/SP é necessária nos termos da lei, mas, dada a natureza de tais cursos, as normas emanadas dos órgãos próprios do sistema de ensino e a diversidade de metodologias aplicáveis, esta frequência poderá ser obtida pela realização de tarefas devidamente avaliadas e previamente especificadas em instrumento didático próprio no que se

refere a sua natureza, seu modo de avaliação e sua equivalência em termos de carga horária";

- "Art. 14 - ... a avaliação do ensino-aprendizagem far-se-á no processo segundo os referidos planos";

- "Art. 16 - Para o desenvolvimento de suas atividades, o CECAP/SP manterá, em uma mesma localidade ou localidades diversas, Núcleos Pedagógicos para atendimento da clientela de seus cursos. § 1º - Cada Núcleo Pedagógico terá como responsável pelas suas atividades, um Monitor; § 2º - O Monitor responderá pelas atividades dos Núcleos perante um Supervisor";

- "Art. 17 - O Núcleo Central, constituído pelo Diretor do CECAP/SP e seus auxiliares diretos, se articulará com os agentes (empresas ou agências comunitárias diversas) e controlará, através dos supervisores, o trabalho dos monitores e o desempenho de cada Núcleo Pedagógico";

- "Art. 18 - O CECAP/SP será administrado por um Diretor designado pela Bó-Reitora do CEN. § 1º - Para o desempenho de suas funções, o Diretor contará com os seguintes auxiliares diretos: 1. Gerente-Geral de Projetos; 2. Gerente de Integração Escola-Empresa; 3. Coordenador de Apoio Administrativo; 4. Coordenador de Supervisores de Agências e Núcleos Pedagógicos; 5. Coordenador de Controle e Avaliação; 6. Secretário";

- "Art. 26 - A Coordenação pedagógica do CECAP/SP será exercida pelos Supervisores do Núcleo Pedagógico. § 1º - Para o desempenho deste tipo de função, os supervisores: 1. visitarão semanalmente cada Núcleo sob seu controle; 2. reunir-se-ão quinzenalmente com os monitores dos núcleos sob seu controle";

- "Art. 27 - Os trabalhos de orientação educacional ficarão a cargo de um orientador educacional, subordinado ao Diretor do CECAP/SP";

- "Art. 30 - Os Núcleos Comunitários disporão de biblioteca para atender as necessidades eventuais de consulta aos cursistas";

- "Art. 45 - Serão incentivados procedimentos de auto-avaliação pelo aluno, com o sentido de aprimorar-lhe a responsabilidade nos esquemas de aquisição de atitudes e de conhecimentos";

- "Art. 46 - A avaliação será no processo, conforme prevê o plano de curso";

- "Art. 47 - A avaliação representará a apreciação global do aproveitamento do aluno, incidindo tanto na aprendizagem dos conteúdos como das capacidades";

- "Art. 53 - Será de 18 anos a idade mínima para a conclusão do curso supletivo de 1º grau, a ser ministrado pelo CECAP/SP";

- "Art. 54 - Ao aluno que cumprir as exigências curriculares e demonstrar desempenho desejado nas avaliações realizadas ao longo do curso, será conferido certificado de conclusão";

- "Art. 56 - O curso do CECAP/SP será realizado em regime de externato nos períodos da manhã, tarde e noite";

- "Art. 61 - Para matrícula no curso ministrado pelo CECAP/SP exigirá-se a idade mínima de 14 anos completos";

- "Art. 69 - Ao inscrever-se no curso do CECAP/SP, o aluno será submetido a um pré-teste que determinará o nível de ingresso, visando a aproveitar estudos já feitos";

- "Art. 87 - O curso de 1º grau, suplência, educação geral, da 5ª a 8ª série, financiados com recursos canalizados das empresas através de convênios, serão gratuitos para os alunos";

- "Art. 88 - Nenhuma receita ou serviço do CECAP/SP terá caráter mercantil e os preços fixados serão apenas para a cobertura de gastos e operações e como retribuição pela prestação de trabalhos e o seu produto será aplicado totalmente no custeio da ação educativa do CECAP/SP";

- "Art. 91 - O plano de curso aprovado pelo Conselho Estadual de Educação passa a fazer parte deste Regimento".

2.2.3 - O Plano de Curso Supletivo, Modalidade Suplência em nível das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, se alicerça no Regimento Escolar e, como é óbvio, reproduz várias disposições desse Documento, às vezes com outra redação. Os aspectos mais importantes e que merecem reflexão, são os seguintes:

2.2.3.1 - Currículo e Carga horária:

Matérias	Componentes Curriculares	Carga Horária
Comunicação e Expressão	- Técnica de Estudo	60
	- Com. em Língua Portuguesa	350
	- Educação Artística	50
Estudos Sociais	- Geografia	150
	- História	150
	- O.S.P.B.	40
	- Educação Moral e Cívica	36
Ciências	- Ciências Fis. Biol. e Prog.Saúde	270
	- Matemática	540
	- Educação Física	120
TOTAL		1.966
Ensino Religioso (facultativo)		50

A duração normal do curso será equivalente a dois anos na forma de ensino semi-indireto, objetivando equivalência com o curso regular. Essa duração, no entanto, considerando o tipo de clientela, seu nível de escolarização e o tempo dedicado ao estudo dos módulos instrucionais e a avaliação diagnóstica, poderá ser alterada para mais ou para menos.

2.2.3.2 - Metodologia, Recursos Didáticos, Freqüência:- O curso será organizado em "unidades de aprendizagem" cabendo ao aluno vencer todas as unidades seqüenciadas horizontalmente para concluir cada disciplina. A forma de organização proposta permite que o aluno cumpra, concomitantemente, mais de uma disciplina e isso indica a possibilidade da conclusão em termos de calendário civil ou letivo, em maior ou menor número de meses, dependendo do ritmo de aprendizagem de Cada um. O processo ensino-aprendizagem será desenvolvido através da tecnologia denominada Ensino Modularizado ou através de Módulos Instrucionais. Esta tecnologia permite que se atendam às diferenças individuais, a auto-instrução, a auto-avaliação, ao ritmo próprio para a aquisição dos aspectos cognitivos referentes aos conteúdos curriculares.

O módulo caracteriza-se como um conjunto de atividades e de recursos, integrados em unidades de aprendizagem, que possibilitam a auto-instrução. Assim, o ensino é a distância com aferição-no-processo feita em função do desempenho do aluno no cumprimento das atividades previstas. O módulo instrucional utilizado compreende: metas, objetivo, pré-requisitos ("in put") e pós-teste ("out put"). A freqüência ao curso será computada tendo em vista os módulos vencidos sendo que cada um deles tem equivalência em termos de carga horária, fixada pelo monitor e será registrada em ficha adequada.

Os professores que elaboram os módulos instrucionais são especializados para cada disciplina e serão preparados para a elaboração do material didático. Terão a seu cargo o treinamento dos supervisores e dos monitores, estes docentes com habilitação plena, trabalhando nos Núcleos Pedagógicos localizados nas empresas e/ou agências comunitárias.

2.2.3.3 - Avaliação:- O aproveitamento, entendido como aquisição de conhecimentos e aperfeiçoamento de capacidades, será avaliado em seus aspectos quantitativo e qualitativo. A avaliação terá, também, caráter de "feed back" imediato e contínuo com a finalidade de indicar o prosseguimento dos estudos ou a recuperação, quando for o caso. O aluno será avaliado em três momentos do curso: antes de iniciar cada módulo, durante a execução do módulo e ao concluir o estudo de cada unidade de aprendizagem, isto é, a avaliação somativa.

2.2.3.4 - Escrituração Escolar:- O Plano de Curso apresenta os documentos que serão utilizados: ficha de inscrição com dados pessoais do cursista, relação de alunos, histórico escolar (ficha individual), registro de freqüência e de unidades vencidas, ficha controle de evasão, declaração de vaga, controle do progresso do aluno, quadro demonstrativo do total de cursistas pelo ritmo de desempenho das unidades vencidas, normas para transferência.

Apesar de não obedecer, para sua organização as normas habitualmente adotadas, o Plano de Curso contém as informações essenciais considerando que o Regimento Escolar esclarece a organização didática e administrativa a ser adotada.

3 - EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

O nobre Conselheiro Valnir Chagas ao relatar o Parecer nº 699/72, do Conselho Federal de Educação e que fixou normas para a implantação do ensino supletivo, considerou que "O Ensino Supletivo encerra, talvez, o maior desafio proposto aos educadores brasileiros pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Ligando o presente ao passado e ao futuro, na mais longa linha de continuidade e coerência histórico-cultural de uma reformulação educacional já feita entre nós, ele constitui -e constituirá cada vez mais daqui por diante- um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operam em ritmo crescente no País e no mundo" (grifo nosso) . Ao tratar da aferição dos resultados no ensino supletivo, o ilustre Relator assim se expressa: "A prova objetiva, que neste século vai substituindo o exame tradicional... ao ensejar uma visível predominância dos elementos quantitativos sobre os qualitativos, isto é, do que sobre e como se sabe. Assim, no Ensino Regular, a aferição que se faz no processo resulta antes de exames que do convívio de professores e estudantes, cada vez mais fluido na escola de massas para que se caminha. Esse convívio é que, em alguns casos, possibilita certa correção dos resultados formais no sentido de uma prevalência do julgar-alunos sobre o medir-provas. Se portanto o exame tem sido a regra geral até agora, mais há de sê-lo daqui por diante quando o processo -a escola como o lugar de freqüência obrigatória- tende a diluir-se ao impacto da Comunicação sob todas as formas que torna, ela própria, cada vez mais a escola e, inevitavelmente, a anti-escola. Esta perspectiva a muitos entusiasma a outros amedronta e à maioria chega como fato irreconhecível que há não há como ignorar, mas antes orientar e disciplinar, criando condições para que a transição se opere tão naturalmente quanto possível. Foi esta a posição em que se colocou o legislador de 1971". Ao mencionar a possibilidade de utilização mais ampla da Tecnologia e dos Meios de Comunicação, o eminente Conselheiro Valnir Chagas assim se

manifesta: "Não que deixemos de considerar importante, extremamente importante, a construção de toda uma nova Didática para essa escola aberta... partindo realisticamente do que existe, pelo uso intensivo de classes concebidas mais ou menos do estilo tradicional —e decerto cada vez menos— chegar-se-á à escola-função que vimos contrapondo à escola-endereço do passado". As citações extraídas do Parecer CFE nº 699/72 permitem concluir que o Ensino Supletivo deve caminhar para rumos até então não previstos pelos educadores, e ser mais livre, embora medidas cautelares recomendem a sua sujeição às alenas de normas inflexíveis. Parecemos, que esse é o espírito da Lei. nº 5.692/71.

A proposta feita pela FUBRAE através do Centro Educacional de Niterói, pelas inovações que encerra —em que pesem a opinião contrária dos órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação—, pode ser considerada como EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA prevista no artigo 64 da Lei nº 5.692/71 e no artigo 28 da Deliberação CEE nº 14/73. Isso porque estabelece nova metodologia para o ensino —os módulos auto-instrutivos—; a presença dos alunos aos Núcleos Pedagógicos para entrega, recebimento e avaliação dos resultados pelo Monitor; a inexistência de escola fixa, mas de classes móveis; a frequência não obrigatória facilitando o estudo dos que trabalham; a possibilidade de localização de "núcleos" nas empresas servindo a um estabelecimento industrial ou a vários; a duração flexível, na dependência do ritmo de estudos dos alunos; o atendimento às diferenças individuais; a vantagem de ensinar o aluno a estudar através de leitura reflexiva, pesquisa e estudo disciplinado a fim de torná-lo agente de seu próprio aperfeiçoamento; o atendimento a sugestão de Carl Rogers de criar o "facilitador", dar maior iniciativa e criatividade aos alunos, ensinando-os a "aprender a aprender". Esse elenco de características difere, sem dúvida, o Curso Supletivo - Modalidade Suplência que o CECAP/SP pretende implantar dos demais que foram instalados consoante normas da Deliberação CEE nº 14/73.

4 - O Conselho Estadual de Educação já aprovou, pelo Parecer CEE nº 958/80, da lavra do ilustre Conselheiro José Augusto Dias, o instalação e o funcionamento dos Cursos Especiais no Liceu de Artes e Ofícios, pelo "Sistema Personalizado" e que em muitos aspectos se assemelha ao Curso Supletivo pretendido pelo Centro Educacional de Niterói, por intermédio do CECAP/SP.

.5 - Várias empresas, sediadas no Estado de São Paulo, estão interessadas no caso. É que a própria Constituição da República, com a redação da Emenda Consti-

tucional nº 1, de 17/10/69, dispõe sobre: a) obrigatoriedade do ensino primário, para todos, dos sete aos quatorze anos (Art. 176, § 3º, inciso II); b) a obrigação das empresas comerciais, industriais e agrícolas de manter:

- 1 - o ensino primário gratuito de seus empregados;
- 2 - o ensino dos filhos de seus empregados entre os sete e os quatorze anos, ou a concorrer para aquele fim mediante a contribuição do salário-educação (Art. 178) .

Por essa razão, os empregadores estão interessados na implantação dos núcleos pedagógicos que facilitarão, pela localização, pela flexibilidade de horário e, principalmente pela utilização de módulos auto-instrutivos, a implantação do CECAP/SP. Considerando as vantagens que oferece aos trabalhadores maiores de 14 anos, permitirá que estes prossigam seus estudos completando o ensino de 1º grau.

O CECAP/SP, aprovado o Regimento Escolar e o Plano de Curso, após autorização de funcionamento deste Colegiado, deverá credenciar-se junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para matricular alunos beneficiários do salário-educação.

À vista do exposto, autoriza-se a instalação do Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional do Estado de São Paulo - CECAP/SP - subordinado ao Centro Educacional de Niterói, Unidade da Fundação Brasileira de Educação - FUBRAE - bem como do Curso Supletivo - Modalidade Suplência ao nível das quatro últimas séries do ensino de 1º grau. O Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional do Estado de São Paulo funcionará como experiência pedagógica nos termos do que dispõem o Art. 64 da Lei nº 5.692/71 e o Art. 28 da Deliberação CEE nº 14/73 e pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data da homologação do presente Parecer.

- Aprovam-se o Regimento Escolar e o Plano de Curso.

- O Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional deverá remeter, anualmente, ao Conselho Estadual de Educação, relatório circunstanciado de suas atividades.

- Os Núcleos Pedagógicos e Agências Comunitárias funcionarão sob a supervisão das Delegacias de Ensino aos quais estiverem jurisdicionadas.

- A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas deverá acompanhar a implementação e o desenvolvimento da presente experiência Pedagógica.

- A Secretaria de Estado da Educação, através dos órgãos competentes, fixará as condições referentes às instalações das unidades de ensino aplicando, no que couber, o disposto na Deliberação CEE nº 18/78.

São Paulo, 25 de fevereiro de 1.982

a) Cons. JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA
Relator